



EDUCAÇÃO ESPECIAL E FORMAÇÃO DE PROFESSORES: VERTENTES MÉDICO-PEDAGÓGICA E PSICOPEDAGÓGICA COMO BASE DA FORMAÇÃO CONTINUADA

Márcia de Souza Lehmkuhl - PPGE/UFSC¹

Resumo: O texto é uma síntese da pesquisa de Mestrado do PPGE/UFSC que teve como objetivo analisar a formação continuada de professores na área da Educação Especial proposta pela Fundação Catarinense de Educação Especial- FCEE, no período de 2005 a 2009, e verificar quais as vertentes teóricas aparecem de maneira recorrente nestas formações. Os dados analisados foram coletados nos Relatórios de Atividades da FCEE e em 195 propostas de cursos. Com essa investigação identificamos um predomínio de cursos destinados às Instituições Especializadas, com foco nas deficiências, nas metodologias e na utilização de recursos. Como também, a existência de cursos para a rede regular que tiveram como objetivo a divulgação dos princípios da educação inclusiva, em uma perspectiva prática, instrumental e tecnicista. Assim as proposições de formação continuada de professores nesta área não rompem com as vertentes médico-pedagógica e psicopedagógica presentes historicamente nas discussões centradas no diagnóstico, nos métodos e técnicas de ensino para os sujeitos da Educação Especial.

Palavras-chave: formação continuada de professores; Educação Especial; política estadual.

Introdução

Este texto é a síntese das análises realizadas na pesquisa do curso de Mestrado do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina, finalizado em 2011. Este estudo buscou analisar a formação continuada de professores na área da Educação Especial no Estado de Santa Catarina proposta pela Fundação Catarinense de Educação Especial- FCEE, no período de 2005 a 2009, buscando verificar quais vertentes estão presentes de maneira recorrente nas formações, identificando e compreendendo qual perspectiva educacional foi proposta no período em tela para a formação continuada de professores no Estado de Santa Catarina. Para isso, analisamos os documentos oficiais do Estado catarinense, prioritariamente documentos da FCEE, como os Relatórios de Atividades Anual e as propostas de cursos certificados pela FCEE neste período, cotejando com documentos oficiais nacionais.

Na tentativa de realizar uma análise representativa da realidade e alcançar o objetivo proposto na pesquisa buscou-se os fundamentos na abordagem teórico-metodológica do materialismo histórico dialético, com base nos escritos de Marx (1980, 1999) e Gramsci

¹ Grupo de Estudos sobre Política Educacional e Trabalho. Grupo de Estudos da Educação Especial.

(1966), para entender as relações entre política e Estado. Para análise social do discurso e sua intertextualidade contamos com as contribuições de Fairclough (2001). Buscamos subsídios em Ozga (2000) para análise de texto e em Shiroma, Campos e Garcia (2005) para análise de documentos. As discussões referentes à Educação Especial se apoiaram principalmente nos estudos de Jannuzzi (2004, 2006), Skrtic (1996) e Cambaúva (1988), e as relativas à formação de professores em Evangelista (2001), Moraes (2003), Shiroma (2003), Michels (2004, 2005) e Bueno (1993, 2008, 2009).

A política de formação continuada na área da Educação Especial, no estado catarinense fica sob responsabilidade da FCEE. De acordo com o site da instituição², a FCEE, foi criada em 1968 e integra a estrutura administrativa do Estado como órgão coordenador e executor da política de educação especial no Estado, vinculado a Secretaria de Estado da Educação - SED. Tem como um de seus objetivos a formação “dos profissionais que atuam com a pessoa com deficiência, condutas típicas e altas habilidades”. (SANTA CATARINA, 2007).

De acordo com a legislação atual do Estado de Santa Catarina, que dispõe sobre o modelo de gestão e a estrutura organizacional da administração pública estadual (SANTA CATARINA, 2007), a formação continuada nessa área é de responsabilidade da FCEE, que deve estar articulada com as secretarias municipais e estadual de Educação e com as Secretarias de Estado de Desenvolvimento Regional (SDRs)³, através das Gerências Regionais de Educação (GEREDs)⁴.

Iniciamos as análises dividindo os dados coletados dos Relatórios de Atividades deste período, sobre a formação continuada dos professores em: cursos oferecidos no Campus da FCEE, cursos articulados com a SED e cursos propostos nas 36 Gerências Regionais de Educação-GERED presentes no estado de Santa Catarina. E análise das propostas de cursos certificados pela FCEE. O total de propostas analisadas foi de 195 cursos de formação continuada oferecidos neste período, observando os seguintes itens: título, objetivos, justificativa, público-alvo, diagnósticos da área da Educação Especial e conteúdos.

² http://www.fcee.sc.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=43&Itemid=57, acesso no dia 19/1/2011

³ Segundo a Lei Complementar nº 381, de 7 de maio de 2007 (SANTA CATARINA, 2007), que dispõe sobre o modelo de gestão e a estrutura organizacional da Administração Pública Estadual, as Secretarias de Estado de Desenvolvimento Regional terão o papel de executar as políticas públicas do Estado, nas suas regiões, como estruturas descentralizadas da Administração Pública do Estado. Atualmente há 36 Secretarias Regionais no Estado de Santa Catarina.

⁴ As Gerências Regionais de Educação fazem parte das SDR, com a função de gerenciar a educação nas regiões.

A FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES NA ÁREA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL EM SANTA CATARINA

As proposições de formação continuada de professores em Santa Catarina foram modificadas com a reformulação da Estrutura Administrativa do Poder Executivo do Estado de Santa Catarina (SANTA CATARINA, 2007). Segundo o documento da Lei Complementar nº 381, de 07 de maio de 2007, passa para as SDR e conseqüentemente para as GERED, a descentralização da verba pública, a execução dos serviços e a autonomia nas proposições de formação continuada de professores no Estado, como também, na área da Educação Especial. Com o novo modelo de gestão da Administração Pública e financiamento, os cursos começaram a ser propostos pelas GEREDs com aprovação da SED e em articulação, ou não, com a FCEE.⁵

Com base neste contexto, é que se buscou compreender a organização da política de formação continuada na área da Educação Especial no Estado de Santa Catarina, por meio de análises dos relatórios de atividades da FCEE e das propostas de curso, as tendências e as vertentes pedagógicas mais evidentes.

Inicialmente, verificamos o número de cursos promovidos pela FCEE, no período pesquisado, com o propósito de verificar o quantitativo dos cursos oferecidos, a carga horária e o número de profissionais capacitados. Alguns cursos foram promovidos pela FCEE no seu Campus de atendimento, outros em parceria com a SED para a formação dos profissionais da rede estadual de ensino e de instituições conveniadas com a FCEE e alguns foram desenvolvidos pelas Gerências Regionais de Educação em parceria com a FCEE, como mostra a Tabela 1.

Tabela 1 - Formação continuada em Educação Especial no Estado de Santa Catarina, oferecida pela FCEE - 2005 a 2009

Anos	FCEE			FCEE/SED			FCEE/GERED		
	Curso	CH	Cursistas	Curso	CH	Cursistas	Curso	CH	Cursistas
2005	9	332	216	9	304	486	16	376	882
2006	16	586	1.278	4	208	456	84	2.351	7.049
2007	34	1.244	894	---	--	--	106	3.701	6.201
2008	30	876	2.182	---	--	--	94	2.410	8.285
2009	39	1.442	1.664	---	--	--	58	1.878	5.010
Total	128	4.480	6.234	13	512	942	358	10.716	27.427

⁵A Lei nº 381, de 07 de maio de 2007 revogada a Lei Complementar nº 243/2003 e estabelece alteração no modelo de gestão na estrutura organizacional da Administração Pública Estadual e nas atribuições dos órgãos do Estado.

Fonte: Relatório Anual de Atividades da FCEE (2005, 2006, 2007, 2008 e 2009)

A leitura do primeiro bloco de três colunas da Tabela 1, correspondente às atividades de formação promovidas pela FCEE (Campus) revela um total de 128 cursos no período de 2005 a 2009, com maior concentração em 2007 e 2009, com 34 e 39 cursos respectivamente. Isso explica as maiores cargas horárias — 1.244 horas em 2007 e 1.442 em 2009 — de um total de 4.480 horas em todo o período investigado. Apesar de menores frequência (30 cursos) e carga horária (876 horas), as atividades em 2008 registraram o maior número de participantes (2.182 cursistas).

Dos cursos promovidos pela FCEE em parceria com a SED, somente os referentes aos anos de 2005 e 2006 foram identificados nos Relatórios de Atividades da FCEE, demonstrando um número reduzido de formação (13).

Os cursos realizados pelas GEREDs, em parceria com a FCEE, foram os que obtiveram maior número de formação, 394 cursos, carga horária totalizando 11.230 horas de curso e maior número de participantes com 31.263 cursistas. Os anos com maior concentração de cursos foram 2007, com 124 cursos e 2008 com 104.

Na análise dos cursos propostos pela FCEE e GEREDs, através dos títulos e público alvo, os dividimos em capacitação para os profissionais: da rede regular de ensino e profissionais das Instituições Especializadas - IEs na área da educação especial.

O número de cursos dirigidos à rede regular (37) foi inferior à quantidade dos voltados às Instituições Especializadas (91) — uma diferença de 54. Os cursos para a rede regular tiveram menor quantidade de participantes (2.706 cursistas) em comparação com os desenvolvidos para as Instituições Especializadas, que somaram 3.528, numa diferença de 822 cursistas a mais nas instituições.

Se considerarmos que o número de professores da rede regular de ensino no Estado de Santa Catarina é de aproximadamente 18.570 efetivos e contratados em caráter temporário⁶, verificamos que o percentual de professores dessa rede que receberam formação por intermédio da FCEE chegou a apenas 14,57%. Esse dado demonstra que 15.864 professores ficaram sem formação continuada na área da Educação Especial em Santa Catarina. Considerando que o mesmo professor pode ter feito mais de um curso nesse período, esse percentual seria menor.

Em relação à formação continuada de professores que atuam nas IEs é importante

⁶ Dados colhidos no site do INEP nas sinopses, no item 1.13 Número de Professores da Educação Básica por Região Administrativa, segundo a Região Geográfica e a Unidade da Federação, em 2009 (INEP, 2011).

ressaltar que atualmente a FCEE mantém convênio com 219 Instituições Especializadas⁷, com aproximadamente 2.970 professores (entre efetivos e contratados temporariamente) para atuarem nessas instituições e no Campus da FCEE⁸. Comparando essa informação com o número de participantes dos cursos dirigidos aos profissionais das IEs no período de 2005 a 2009, verifica-se que a quantidade de 3.528 cursistas superou o número de contratações, numa diferença de 558 sujeitos. Há duas explicações possíveis para esse fato: o mesmo professor pode ter feito mais de um curso durante esse período ou o número de contratados era superior ao atual.

Verificando os dados referentes exclusivamente à rede regular de ensino para os professores de sala de aula e para os professores dos Serviços de Atendimento Educacional Especializado-SAEDEs, concluímos que houve uma maior concentração de participantes nos cursos destinados para os professores de sala de aula, com 2.129, carga horária de 996 horas, em 27 cursos, em relação aos cursos para os professores dos SAEDEs, que totalizam 10 cursos, com 276 cursistas e 428 horas de curso. Quanto aos dados por ano, observa-se que em 2008 e 2009 ocorreram mais cursos para os professores de sala de aula (nove em cada período), acontecendo o mesmo em 2007 no caso de cursos promovidos para os professores de SAEDE (três cursos).

Atualmente o Estado de Santa Catarina tem aproximadamente 18.570 professores contratados atuando em sala de aula e 328⁹ professores em SAEDE. Comparando os dados referentes a formação de professores de sala de aula com os de SAEDE, podemos inferir que a maioria dos professores (84,14%) de SAEDE participou das formações propostas. Quanto à outra categoria, a participação foi de apenas 11,46%, correspondente a 2.129 professores de sala de aula que frequentaram os cursos oferecidos pela FCEE entre 2005 e 2009. A diferença em relação ao número atual é de 16.441 profissionais.

Em relação a formação dos profissionais das IEs, os cursos foram divididos em três grupos: professores de sala de aula que prestam atendimentos exclusivamente nas instituições de educação especial, professores de SAEDE e aos técnicos, ligados a área da saúde. Observamos que 40% dos cursos (total de 36) oferecidos aos profissionais das Instituições Especializadas se dirigiram aos técnicos e foram os que tiveram maior número de participantes (1.649 cursistas) e também maior carga horária (1.170 horas). Significa dizer

⁷ Segundo documento cedido pela Supervisora de Educação Especial da FCEE, estes dados são referentes ao ano de 2010.

⁸ Estas informações foram obtidas com a responsável do setor de Recursos Humanos da FCEE em 10 de maio de 2011.

⁹ Dados fornecidos pela Supervisora de Atividades Educacionais Extensivas da FCEE em 17 de junho de 2011.

que houve uma maior concentração de cursos relacionados à área da saúde, como: avaliação diagnóstica, reabilitação e atendimento clínico, do que à da educação, o que sugere um contrassenso, já que a política estadual apresenta uma perspectiva inclusiva e a FCEE é vinculada diretamente à Secretaria de Estado da Educação e não à da Saúde. Já os cursos destinados aos professores das IEs somaram 34 com carga horária de 984 horas e 1.351 cursistas.

Com referência à formação de professores dos SAEDEs, os números foram os menores: 20 cursos, 882 horas e 521 cursistas. Acentuamos que nos anos de 2005 e 2008 a FCEE não ofereceu cursos para essa categoria. Apesar de os documentos normativos estaduais, como a Resolução nº 112/2006/CEE/SC, determinarem que os SAEDE fossem implantados na rede regular de ensino e nas Instituições Especializadas conveniadas com a FCEE (SANTA CATARINA, 2006b), a formação de professores para esse serviço nas IEs foi bem inferior (diferença de 16 cursos) em relação ao número de cursos destinados para a área técnica.

Os anos com maior concentração de cursos para os professores das Instituições Especializadas foram 2007, 2008 e 2009. Esse fato pode ter ocorrido como resultado da implantação da Política de Educação Especial, que reformulou os serviços das IEs, em Centros de Atendimento Educacional Especializado (CAESPs), com serviços nas áreas da educação, saúde, educação e trabalho e assistência social (SANTA CATARINA, 2006a).

Quando somados, os cursos destinados aos professores de SAEDE da rede regular de ensino do estado e os cursos para os professores de SAEDE das Instituições Especializadas atingem um total de 30 cursos com carga horária de 1.310 horas e 797 cursistas. Se reunirmos os totais de cursos para os professores de sala de aula da rede regular de ensino, dos SAEDEs da rede regular e das IEs, os cursos para os professores das IEs e o total de cursos na área técnica, podemos verificar que os números não são tão discrepantes, conforme o Gráfico 1.

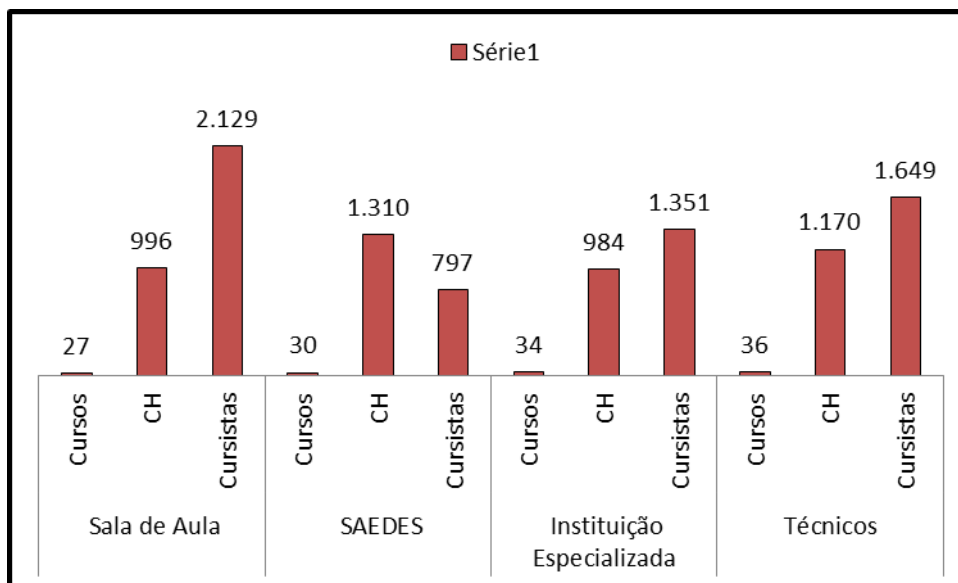


Gráfico 1 – Cursos propostos pela FCEE – 2005 a 2009

Fonte: Relatório Anual de Atividades da FCEE (2005, 2006, 2007, 2008 e 2009).

Podemos verificar que o maior número de cursistas (2.129) se refere aos professores de sala de aula da rede regular. Fazendo a média de cursistas e do total de cursos para cada categoria de formação, obtêm-se 79 cursistas e 37 horas por curso dirigido aos professores da rede regular. Nos cursos destinados à área técnica as médias são de 46 cursistas e 32 horas. Para os professores das Instituições Especializadas, as médias ficam em 40 cursistas e 29 horas e para os professores de SAEDE são de 26 cursistas e 44 horas.

Cabe acentuar que o número de professores das IEs é consideravelmente maior que o de professores dos SAEDEs e bem superior ao de técnicos das instituições. Portanto, o número de cursos destinados aos técnicos é proporcionalmente muito significativo.

AS PROPOSTAS DE CURSOS CERTIFICADOS PELA FCEE

Nas propostas de cursos foram observados os seguintes itens: objetivos, justificativa, a quem se destinava e os conteúdos. As referências bibliográficas não foram analisadas, pois não constavam na maioria das propostas de cursos. A falta deste item pode indicar a fragilidade teórica da proposta de formação uma vez que compreendemos que os profissionais que formam esses professores contam com uma perspectiva teórica, mesmo que não tenham consciência dela.

As 195 propostas de curso foram divididas em: cursos destinados aos profissionais da área da educação especial e cursos para os professores da rede regular de ensino. Obtivemos um quantitativo de 143 cursos para os profissionais da educação especial e 52 cursos para os professores da rede regular de ensino.

As 143 propostas de cursos destinados aos profissionais da área de educação especial foram separados em três categorias: pedagógico, técnico/instrumental e saúde/reabilitação. A primeira se refere aos cursos que tiveram como público-alvo os professores da Educação Especial e como finalidade discutir os aspectos pedagógicos, o atendimento especializado, enfatizando a relação ensino e aprendizagem, o planejamento, o currículo, o desenvolvimento de metodologias específicas e a avaliação. A categoria técnica engloba os cursos destinados aos profissionais das Instituições Especializadas que não atuam diretamente com a área educacional, como motoristas, cozinheiras, secretários, profissionais da área administrativa. No período estudado foram disponibilizados cursos a esses profissionais com a intenção de instrumentalizá-los na utilização de recursos específicos, considerando a função técnica, tais como: curso de manipulação de alimentos, primeiros socorros, informática básica, cursos de LIBRAS para a comunidade, confecção de jogos e materiais adaptados, seminário de acessibilidade, palestras sobre a FCEE. Já na categoria saúde/reabilitação reunimos os cursos destinados aos profissionais ligados à saúde, como fonoaudiólogo, fisioterapeuta, terapeuta ocupacional, psicólogo e assistente social, cujo foco de formação foi a área da saúde, incluindo questões relativas à reabilitação, à avaliação diagnóstica e ao atendimento clínico.

No Gráfico 2 podemos verificar a concentração de cursos na área pedagógica. Das 145 propostas de cursos, 99 se enquadram na categoria pedagógica (69%), 19 na técnico/instrumental (13%) e 25 na categoria saúde/reabilitação (18%). Mas como estes cursos de caráter pedagógico foram organizados?

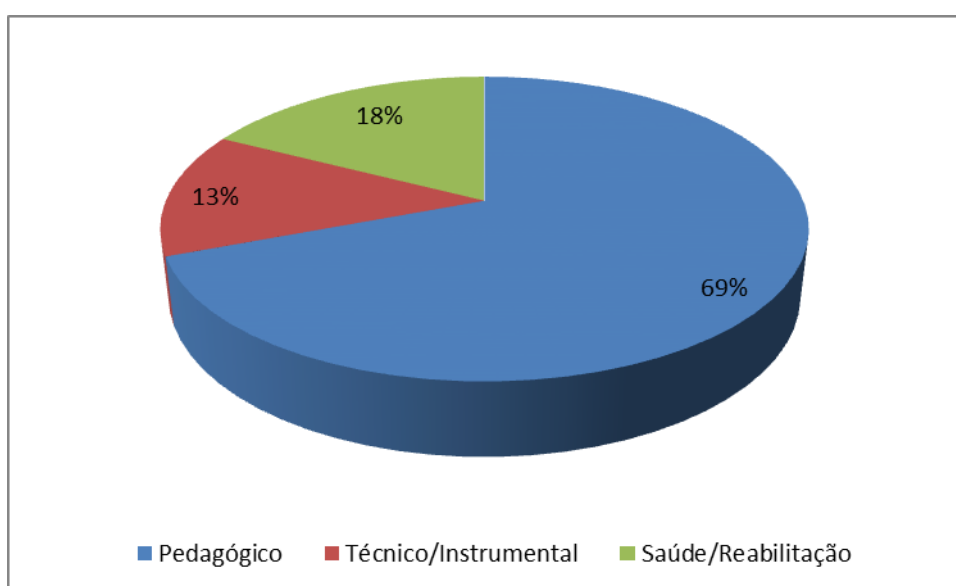


Gráfico 2 - Cursos promovidos pela FCEE para as Instituições Especializadas - 2005 a 2009

Fonte: Projetos de Curso da FCEE no período de 2005 a 2009

Ao analisar as 99 propostas de cursos da categoria pedagógica, por meio da leitura dos títulos, objetivos, justificativas e conteúdos, verificamos a frequência das categorias em cada curso. Foram identificados, 14 categorias de diagnóstico dos sujeitos atendidos nas IEs na área de educação especial, reunidas na Tabela 2.

Tabela 2 – Categorias de diagnóstico dos sujeitos da Educação Especial nas propostas de cursos para as Instituições Especializadas - 2005 a 2009

Diagnóstico dos sujeitos	Propostas de cursos
Deficiência mental	37
Autismo/ TID	16
Deficiência auditiva/surdez	14
Necessidades educacionais especiais	12
Deficiência visual	11
Pessoas com deficiência	6
Deficiências múltiplas	5
Altas habilidades/superdotação	3
Portadoras de deficiência	2
Surdocegueira	2
Paralisia cerebral	2
Síndrome de Down	2
Transtorno de déficit de atenção com hiperatividade	2
Dificuldades de Aprendizagem ¹⁰	1
Total	115

Fonte: Propostas de cursos da FCEE do período de 2005 a 2009

Percebe-se que o total das categorias de diagnósticos dos sujeitos da Educação Especial foi maior que o total de propostas analisadas na área em questão, fato que ocorreu porque em várias propostas havia mais de uma categoria de diagnóstico mencionada.¹¹ Os dados evidenciam que a categoria com maior incidência foi de deficiência mental. Esse diagnóstico é referido em 37 propostas de cursos, seguido do autismo/TID com 16 e da deficiência auditiva/surdez com 14. A expressão “necessidades educacionais especiais” aparece em 12 propostas. Já os diagnósticos de deficiências múltiplas e paralisia cerebral foram citados em cinco e em duas propostas respectivamente. Ressalta-se que nenhuma

¹⁰ Esta categoria foi identificada como uma diferenciação da deficiência mental.

¹¹ Essa questão também estará presente nos demais itens analisados, pois o total de cursos será sempre menor que as categorias em tela.

proposta de curso mencionou a categoria deficiência física.

O fato de a deficiência mental estar explicitamente presente em 32% dos cursos pode ter ocorrido devido ao número de Instituições Especializadas no Estado de Santa Catarina na área da deficiência mental, conveniadas com a FCEE. Atualmente a FCEE mantém convênio com 196 IEs na área da deficiência mental, 10 na área da deficiência auditiva, seis na área do autismo, seis na área da deficiência visual e duas na área da deficiência física, num total de 219 instituições conveniadas com a FCEE para o atendimento dos sujeitos da Educação Especial.¹²

Em relação aos aspectos pedagógicos, constatamos nos objetivos das propostas de cursos, a utilização frequente de alguns termos que demonstram o foco na prática pedagógica, como também no planejamento das atividades e na avaliação do processo de ensino e aprendizagem, como demonstrado na tabela a seguir.

Tabela 3 - Termos encontrados em relação aos aspectos pedagógicos - 2005 a 2009

Aspectos pedagógicos	Propostas de curso
Práticas pedagógicas	50
Planejamento	29
Avaliação	20
Metodologia	12
Alfabetização	6
Educação profissional	5
Processo de ensino e aprendizagem	5
Projeto Político-pedagógico	2
Currículo	2
Total	131

Fonte: Propostas de cursos da FCEE do período de 2005 a 2009

Verificamos a concentração de propostas de curso enfatizando as práticas pedagógicas (50 no total). Em relação ao tema planejamento foi encontrado em 29 propostas de curso, dos quais 20 também colocam em pauta a avaliação e nove abordam a elaboração de projetos de ensino.

Em relação ao foco dos trabalhos fica evidente a instrumentalização dos recursos ou técnicas para os professores no atendimento específico aos sujeitos com deficiência auditiva, visual e autismo. Observa-se ainda a preocupação dos cursos com a implantação dos serviços previstos na Política de Educação Especial e com a utilização de tecnologias, como revelam

¹² Estes dados foram disponibilizados pela Supervisora de Educação Especial da FCEE.

os dados quantitativos apresentados na Tabela 4.

Tabela 4 - Foco dos trabalhos nas propostas de cursos para as Instituições Especializadas - 2005 a 2009

Foco dos trabalhos	Propostas de curso
Política de Educação Especial	22
Planejamento	21
Inclusão	15
Elaboração conceitual	13
Método TEACCH	13
LIBRAS	12
Braille e Sorobã	9
Educação Inclusiva	7
Uso de tecnologias	4
Teoria da atividade	3
Educação profissional	3
Total	125

Fonte: Projetos de cursos da FCEE do período de 2005 a 2009

O foco de trabalho se concentrou na implantação dos serviços previstos na Política de Educação Especial de Santa Catarina (com maior ênfase em 22 cursos) e nos referenciais teóricos, como a elaboração conceitual¹³, citada em 13 propostas de curso, e a teoria da atividade¹⁴, em três. O método TEACCH, específico para o atendimento dos sujeitos com diagnóstico de autismo, foi encontrado em 13 propostas cursos e o ensino da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) ganhou ênfase em 12 cursos.

Em relação aos cursos destinados aos professores da rede regular de ensino, observamos que nos 52 cursos propostos pela FCEE ou em articulação com as GERED, tiveram como foco o trabalho na área pedagógica, conforme previsto nos objetivos, justificativas e conteúdos.

Desta forma, verificamos a frequência de sete categorias de diagnóstico dos sujeitos atendidos na área de educação especial em cada proposta de curso e quantificamos as referências de categorias, demonstrado na Tabela 5.

¹³ Segundo a FCEE, a elaboração conceitual é entendida como um modo culturalmente desenvolvido dos indivíduos refletirem cognitivamente suas experiências e apreender os conceitos sociais, resultando de um processo de análise (abstração) e de síntese (generalização) dos dados. (Informação retirada do material organizado pela FCEE para os cursos oferecidos aos professores).

¹⁴ A teoria da atividade tem como princípio a abordagem histórico-cultural da psicologia russa de Vygotsky, Leontiev, Luria e outros pesquisadores. Ela embasa a Proposta Curricular de Santa Catarina. (Idem).

Tabela 5 – Categorias de diagnóstico dos sujeitos da Educação Especial nas propostas de cursos para a rede regular de ensino - 2005 a 2009

Diagnóstico dos sujeitos	Propostas de curso
Deficiência auditiva	25
Alunos com deficiência	8
Deficiência mental	5
Necessidades educacionais especiais	4
Portadores de deficiência	4
Deficiência visual	4
Altas habilidades/superdotação	2
Total	52

Fonte: Projetos de cursos da FCEE do período de 2005 a 2009.

Podemos observar que a área mais discutida nas propostas de cursos para a rede regular está relacionada aos sujeitos com deficiência auditiva. Ela é o foco de 46% (25 no total) das propostas de curso. E os termos relacionados aos aspectos pedagógicos serão demonstrados a seguir.

Tabela 6 - Termos relacionados aos aspectos pedagógicos nas propostas de curso para a rede regular de ensino - 2005 a 2009

Aspectos pedagógicos	Propostas de curso
Prática pedagógica	22
Planejamento	6
Avaliação	6
Adequações Curriculares	6
Projeto Político-pedagógico	4
Elaboração conceitual	4
Currículo	4
Alfabetização	2
Metodologia	1
Total	55

Fonte: Projetos de cursos da FCEE do período de 2005 a 2009

A análise deste item revelou que 22 (ou 44%) dos 52 propostas de curso discutem o termo prática pedagógica e somente seis abordam planejamento — igual número para

processo de avaliação. Focando o trabalho para os professores da rede regular de ensino observa-se:

Tabela 7 - Foco dos trabalhos nas propostas de cursos para a rede regular de ensino - 2005 a 2009

Foco dos trabalhos	Propostas de curso
Ensino de LIBRAS	23
Educação Inclusiva	13
Política de Educação Especial	7
Atendimento ao deficiente visual	4
Atendimento ao sujeito com altas habilidades	2
Sexualidade	1
Total	50

Fonte: Projetos de cursos da FCEE do período de 2005 a 2009

Comparando as Tabelas 7 e 6, constatamos que 23 propostas de curso tinham como foco o ensino de LIBRAS e somente seis propostas utilizaram termos como planejamento, avaliação e adequação curricular para tratar das questões pedagógicas, identificadas nos conteúdos das propostas de curso. Isso pode indicar o caráter instrumental e tecnicista das proposições, nas quais o importante são as técnicas utilizadas ou, no caso, a comunicação para resolver todos os problemas de ensino dos sujeitos com deficiência.

A análise dos dados confirma a nossa hipótese da desarticulação e a fragmentação dos cursos na política de formação continuada de professores proposta pela FCEE, e parte das políticas atuais para a área da Educação Especial. Ao mesmo tempo, reafirma a compreensão de que as propostas de curso com base nas vertentes médico-pedagógica e psicopedagógica.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES:

Este trabalho se pautou na análise da política de formação continuada de professores na área da Educação Especial no Estado de Santa Catarina, proposta pela Fundação Catarinense de Educação Especial (FCEE) no período de 2005 a 2009, como expressão de uma política em ação. Nosso objetivo foi o de verificar quais as vertentes teóricas recorrentes nas formações, identificando e compreendendo qual perspectiva educacional está presente na proposta para a formação continuada de professores no estado catarinense. Para desenvolver tais análises, examinamos os relatórios anuais de atividades da FCEE e as propostas de cursos de formação continuada na área da Educação Especial elaboradas pela FCEE, cotejando tais propostas com as políticas nacional e estadual de Educação Especial.

Pudemos verificar, neste estudo, que a formação continuada dos professores foi

predominantemente de caráter pedagógico, com ênfase no termo prática pedagógica em 48% das propostas para as Instituições Especializadas e para a rede regular de ensino. Nas propostas de cursos, a prática pedagógica é orientada para o “saber fazer” ou saber atender os alunos (sujeitos da Educação Especial) sem a preocupação com a crítica do fazer prático, uma forma de “desintelectualização do professor” (SHIROMA, 2003, p. 20) em nome de um novo “modelo técnico” (MORAES, 2007, p. 6).

Mesmo tendo um caráter pedagógico, as 99 propostas de curso para as Instituições Especializadas e as 52 para a rede regular de ensino tiveram como foco as deficiências e não as questões educacionais, nos remetendo ao modelo médico-pedagógico, onde as questões biológicas definem as questões pedagógicas. Isso se verificou na significativa concentração de propostas que tiveram como principal objetivo discutir a deficiência mental, o autismo, a deficiência auditiva e as necessidades educacionais especiais, mesmo referindo-se, nos objetivos e nas justificativas, à prática pedagógica e ao encaminhamento na perspectiva de educação inclusiva.

Com base na análise dos dados, observamos a prevalência de cursos destinados às Instituições Especializadas com o objetivo de discutir os sujeitos com diagnóstico de deficiência mental e autismo. O mesmo encaminhamento foi verificado nos cursos para os professores da rede regular de ensino, que em maioria enfatizaram o atendimento aos sujeitos com deficiência auditiva/surdez e ao ensino de LIBRAS.

Segundo os dados fornecidos pelo setor de convênios da FCEE, a instituição mantém convênios com 219 IEs que se dedicam à Educação Especial no Estado de Santa Catarina, sendo 186 APAEs que atendem alunos com diagnóstico de deficiência mental, dez instituições na área da deficiência auditiva, seis na área da deficiência visual, seis na área do autismo, duas na área da deficiência física e outras dez na área da deficiência mental. Somando as instituições que atendem sujeitos com diagnóstico de deficiência mental, tem-se um total de 196 entidades conveniadas nessa área com a FCEE. Isso justificaria a predominância de cursos com foco na deficiência mental para as IEs (37 cursos).

Em relação às Instituições Especializadas, Jannuzzi (2006, p. 94) afirma que “um dos motivos alegados como impulsionador do atendimento ao deficiente em todos os campos de atuação, inclusive o educacional, tem sido a filantropia”. Tal afirmação incita a refletir sobre o número expressivo de IEs em Santa Catarina e conseqüentemente o número significativo de propostas de cursos analisados neste estudo para essas instituições (145 propostas de curso). Segundo a autora, a palavra filantropia derivada do grego e significa “amor à humanidade, humanitarismo, caridade” (JANNUZZI, 2006, p. 94).

Importa ainda ressaltar que a grande concentração de cursos para as Instituições Especializadas evidencia a preocupação do Estado na formação de professores das entidades privadas, de caráter assistencial, filantrópica, mantidas por organizações não governamentais. Com isso, percebe-se a relevância que as instituições privadas têm no território catarinense.

Em relação as propostas de cursos destinados aos professores da rede regular de ensino (52 propostas) destaca-se que nestas foram discutidas predominantemente a educação inclusiva como política a ser implementada.

Outra questão observada nos cursos para professores das Instituições Especializadas e especialmente para os professores da rede regular de ensino foram as propostas que evidenciaram métodos e técnicas para instrumentalizar o atendimento específico aos sujeitos com deficiência auditiva e visual (rede regular de ensino) e deficiência mental e autismo (Instituições Especializadas). A ênfase nas técnicas e recursos para determinados diagnósticos vem acompanhando a área da Educação Especial ao longo da história (Jannuzzi, 2004 e 2006; Skrtic, 1996 e Cambaúva, 1988). Nessa perspectiva, o diagnóstico desses sujeitos é imprescindível para o encaminhamento de técnicas e metodologias específicas para a área de deficiência em detrimento da complexidade das demandas da educação.

O diagnóstico dos sujeitos é o que encaminha a política de formação continuada de professores na área da Educação Especial em Santa Catarina, o que denota contradição, já que os documentos catarinenses oficiais e oficiosos orientam na direção de uma perspectiva de Educação Inclusiva, mas a ênfase se mantém na patologia e conseqüentemente em métodos e recursos.

Diante do exposto, concluímos que os “novos” encaminhamentos das políticas de Educação Especial proferidos nos documentos legais e orientadores, nacionais e estaduais, na perspectiva da educação inclusiva trazem elementos que perpetuam a história da educação especial no Brasil. O mesmo ocorre na política de formação continuada de professores na área da Educação Especial no Estado de Santa Catarina, na qual se evidenciam vertentes pedagógicas presentes há muito tempo nessa área. As mudanças divulgadas nas reformas educacionais das décadas de 1990 e 2000 para a Educação Especial não ocorreram de forma estrutural, mas superficialmente.

Dessa forma, as propostas de formação continuada de professores para a Educação Especial evidenciam as vertentes médico-pedagógica e psicopedagógica predominantes nas abordagens centradas no diagnóstico, nos métodos e técnicas para os sujeitos da Educação Especial.

Compreendendo que a superação desse modelo de formação está relacionada a

análises críticas da área que busquem suplantam o *status quo* estabelecido na Educação Especial.

REFERÊNCIA:

BUENO, José Geraldo Silveira. **Educação especial brasileira: integração/segregação do aluno diferente**. São Paulo: Educ, 1993.

_____. A Políticas de Inclusão: uma prerrogativa da educação especial? In: **Deficiência e Escolarização: novas perspectivas de análise**: Araquara, SP, Junqueira & Marin; Brasília, DF: CAPES, 2008.

BUENO, J. G. S. e MARIN, A.J. **Crianças com necessidades educativas especiais, política educacional e a formação de professores: 10 anos depois**. Seminário Nacional de Pesquisa em Educação Especial. São Paulo. SP. 2009. CD-ROM

CAMBAÚVA, Lenita Gama. **Análise das bases teórico-metodológicas da educação especial**. Dissertação de mestrado. São Paulo: PUC, São Paulo, 1988.

EVANGELISTA, Olinda. **Políticas educacionais, privatização e formação do professor no Brasil**. In: LIMA, Antônio Bosco de; VIRIATO, Edaguimar Orquizas (Org). Políticas educacionais e qualificação docente. Cascavel/PR, 2001, p. 13-30.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001. p. 89-131.

JANNUZZI, Gilberta. **Algumas concepções de educação do deficiente**. Rev. Brasileira de Ciências Esporte, Campinas, v. 25, n. 3, p. 9-25, maio 2004.

_____. **A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI**. 2. ed. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2006.

MICHELS, Maria Helena. **Paradoxos da formação de professores para a educação especial: o currículo como expressão da reiteração do modelo médico-psicológico**. Rev. Bras. Ed. Esp., v.11,n.2, Mai.-Ago, Marília, SP, 2005. p.255-272.

_____. **A Formação de Professores de Educação Especial na UFSC (1998-2001): Ambiguidades Estruturais e a Reiteração do Modelo médico-Psicológico**. 2004. 169p. Tese (Doutorado em Educação). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Educação Especial, 2004.

MORAES, Maria Célia Marcondes de (Org.). **Iluminismo às avessas: produção de conhecimento e políticas de formação docente**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

OZGA, Jenny. **Recursos para uma investigação em política**. In: OZGA, Jenny. Investigação sobre políticas educacionais. Porto: Porto Editora, 2000. p. 129-202.

SANTA CATARINA. **Política de Educação Especial**. Fundação Catarinense de Educação Especial, São José, fev. 2006.

_____. **Lei Complementar nº 381/07**. Procuradoria Geral do Estado, legislação estadual.

Disponível em: <<http://server01.pge.sc.gov.br/legislacaoestadual/2007/000381-010-0-2007-001.htm>> Acesso em: 3 de outubro de 2007.

_____. Fundação Catarinense de Educação Especial. **Relatório de Atividades**: ano de 2005, São José, mar. 2006. Mimeo.

_____. Fundação Catarinense de Educação Especial. **Relatório de Atividades**: ano de 2006, São José, fev. 2007. Mimeo.

_____. Fundação Catarinense de Educação Especial. **Relatório de Atividades**: ano de 2007, São José, mar. 2008. Mimeo.

_____. Fundação Catarinense de Educação Especial. **Relatório de Atividades**: ano de 2008, São José, mar. 2009. Mimeo.

_____. Fundação Catarinense de Educação Especial. **Relatório de Atividades**: ano de 2009, São José, dez. 2009. Mimeo.

SKRTIC, Thomas M. **La crisis en el conocimiento de la educación especial: una perspectiva sobre la perspectiva**. In: FRANKLIN, Barry M. (Compilador). Interpretación de la discapacidad: teoría e historia de la educación especial. Barcelona: Pomares-Corredor, 1996, p. 35 – 72.

SHIROMA, Eneida Oto. O eufemismo da profissionalização. In: MORAES, Maria Célia Marcondes de. (Org.) **Iluminismo às avessas**: produção do conhecimento e políticas de formação docente. Rio de Janeiro: DP&A, 2003, p. 61-79.

SHIROMA, Eneida O.; CAMPOS, R. F.; GARCIA, R. M. C. **Decifrar textos para compreender a política: subsídios teórico-metodológicos para análise de documentos**. Perspectiva – Rev. do Centro de Ciências da Educação da UFSC, Florianópolis, v. 23, 2005, p. 427-446.